

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.772.666 - MA (2018/0264582-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA DO MARANHÃO**  
**RECORRIDO** : **THAYSE FERREIRA BRANDAO**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, assim ementado (fl. 168):

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. ENSINO TÉCNICO. MATRÍCULA. SISTEMA DE POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS (ALUNA ORIUNDA DA REDE REGULAR DE ENSINO PÚBLICO). PARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL CURSADO EM ESCOLA PARTICULAR. BOLSISTA INTEGRAL. HIPOSSUFICIÊNCIA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IGUALDADE DE TRATAMENTO. RAZOABILIDADE.*

*I - Afigura-se manifesta a legitimidade da pretensão mandamental postulada pela autora, na espécie, tendo em vista que, embora tenha cursado parte do ensino fundamental em escola particular, assim o fez na condição de bolsista integral, mostrando-se aplicáveis, no caso, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade com vistas a assegurar a concretização da ação afirmativa que garante a igualdade de acesso à educação, fazendo jus, assim, à matrícula no curso técnico integrado ao ensino médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Maranhão - IFMA, pelo sistema de cotas para alunos oriundos da rede regular de ensino público. Precedentes.*

*II - Por fim, há de ver-se que a tutela jurisdicional pretendida nestes autos encontra-se em sintonia com o exercício do direito constitucional à educação (CF, art. 205) e com a expectativa de futuro retorno intelectual em proveito da nação, que há de prevalecer sobre formalismos eventualmente inibidores e desestimuladores do potencial científico daí decorrente.*

*III - Apelação provida, para julgar procedente o pedido inicial.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015.

A parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos arts. 53, IV e V, da Lei nº 9.394/96. Sustenta que *"a pretensão da impetrante subverte as normas editalícias e adentra no mérito administrativo quanto aos critérios adotados para a realização do certame, causando grave ofensa aos princípios da moralidade, isonomia, legalidade e autonomia universitária"*.

Contrarrazões às fls. 227/231.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

O presente apelo nobre não merece conhecimento.

Destaca-se, da fundamentação do acórdão recorrido, o seguinte trecho:

*A todo modo, apesar de toda a controvérsia acerca da legitimidade, ou não, do sistema de cotas, o que se verifica, na sua essência, é que um de seus alardeados objetivos, seria propiciar ao aluno integrante de uma suposta minoria excluída, aí incluído aquele economicamente hipossuficiente, a possibilidade de acesso ao ensino superior/técnico.*

*Sob esse prisma, afigura-se manifesta a legitimidade da pretensão postulada pela autora, na espécie dos autos, na medida em que, embora tenha cursado parte do ensino fundamental em escola particular, assim o fez na condição de bolsista integral, conforme documentação acostada aos autos, cursou o restante do ensino fundamental em escola pública, integra núcleo familiar hipossuficiente, encontrando-se, inclusive amparada pela Defensoria Pública da União, pelo que não se mostra razoável impedir a matrícula de candidata aprovada no curso médio profissionalizante.*

[...]

*Por fim, há de ver-se que a tutela jurisdicional pretendida nestes autos encontra-se em sintonia com o exercício do direito constitucional à educação (CF, art. 205) e com a expectativa de futuro retorno intelectual em proveito da nação, que há de prevalecer sobre formalismos eventualmente inibidores e desestimuladores do potencial científico daí decorrente.*

Nesse contexto, nota-se que o Tribunal de origem, ao decidir a questão relativa à possibilidade do ingresso da recorrida na instituição de ensino sob o sistema de cotas, amparou-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer um deles apto a manter inalterado o acórdão recorrido. Portanto, a ausência de interposição de recurso extraordinário atrai a incidência da Súmula 126/STJ (*“É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido se assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.”*). Nesse mesmo sentido: **AgRg no AREsp 126036/RS**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 7/12/2012; **AgRg no AREsp 206.733/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 5/12/2012.

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator